

Balanço

Caos na saúde, cortes e crises marcaram seis meses do governo Celina Leão

pag. 3

Rombo no BRB

PF aponta prejuízo de R\$ 17 bilhões em operações com Banco Master

pag. 5

2º turno

Quais as propostas de Leandro Grass e Celina Leão para o DF

pag. 6

Compare

Veja as posições de Lula e Flávio Bolsonaro sobre temas centrais da eleição

pag. 8

Brasil de Fato DF

— UMA VISÃO POPULAR DO BRASIL E DO MUNDO —

Edição Especial

Outubro 2026
Ed. especial N° 6
Circulação distrital



Brasil de Fato DF

— UMA VISÃO POPULAR DO BRASIL E DO MUNDO —

Dois Brasis em disputa: o que o BdF vê nas urnas de outubro

► No dia 25 de outubro, o país responderá a uma pergunta: que projeto de Brasil sairá das urnas?

De um lado, o campo em torno de Lula (PT) busca garantir a reeleição do presidente para um quarto mandato; de outro, Flávio Bolsonaro (PL) representa o bolsonarismo após a condenação e prisão do pai por tentativa de golpe. No Distrito Federal, mais de 2 milhões de eleitores também decidirão se querem um novo governo ou a continuidade do projeto iniciado pelo ex-governador Ibaneis Rocha (MDB).

A jornada de trabalho é um exemplo. Enquanto Lula defendeu a redução da jornada para 40 horas, o campo bolsonarista ecoa setores empresariais contrários à ampliação do tempo de descanso, sob o argumento de aumento de custos. A soberania também divide os projetos: de um lado, novas privatizações; de outro, a defesa de empresas públicas e recursos estratégicos como instrumentos de desenvolvimento nacional.

O Brasil de Fato nunca escondeu de onde fala. No DF, a crise na saúde, na educação, a desvalorização do serviço público, da cultura, a militarização das escolas, a violência contra as mulheres são temas pautados diariamente pelo veículo regional. Além disso, o escândalo do BRB/Master levantam questionamentos sobre o uso de um banco público para atender interesses privados.



P. Batista



O presidente Lula esteve em Ceilândia ao lado de Leandro Grass (PT), candidato ao governo do DF, e da vice Dora Gomes (PV). Uma multidão acompanhou o trajeto entre a Feira e a estação central em 9 de outubro.

Crédito: Ricardo Stuckert/PR

Mais de 426 mil eleitores deixaram de votar no DF

Quem não votou no 1º turno, pode votar no dia 25 de outubro



Abstenções
426.067
(18,99%)

Compareceram
1.817.921
(81,01%)

► No DF, a disputa pelo governo ficou entre Celina Leão (PP) e Leandro Grass (PT). A atual governadora terminou a primeira etapa com 825.530 votos (49,93% dos válidos), enquanto Grass recebeu 569.930 votos (34,47%). A votação para governador também registrou 74.774 votos em branco (4,11%) e 89.910 nulos (4,95%).

O eleitor que não compareceu no 1º turno continua apto a votar no dia

25 de outubro, desde que sua inscrição eleitoral esteja regular. A ausência no dia 4 de outubro não impede a participação na segunda etapa.

No entanto, quem faltou precisa justificar a ausência. Para o primeiro turno, o prazo termina em 3 de dezembro de 2026. A justificativa pode ser apresentada pelo aplicativo e-Título ou pelos canais da Justiça Eleitoral, dentro do prazo estabelecido.

HERANÇA DE GESTÃO

Cortes e crise nos serviços públicos marcam governo Celina Leão

É tempo de ação.

GDF
É tempo de ação.

Foto: Lúcio Bernardo Jr/Agência Brasília

Medidas contestadas atingem escolas e projetos culturais, enquanto filas por moradia e falta de profissionais pressionam a gestão

► Em pouco mais de seis meses, a governadora Celina Leão (PP) reduziu a previsão de recursos para a manutenção das escolas públicas e suspendeu editais culturais. Na saúde, hospitais registraram superlotação e o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) cobrou providências.

Na habitação, cerca de 308 mil pessoas estavam inscritas nos programas da Companhia de Desenvolvimento Habitacional do DF (Codhab), enquanto a previsão para

2026 era de entrega de 556 moradias no Sol Nascente.

EDUCAÇÃO E CULTURA

Uma das primeiras controvérsias do governo Celina Leão foi a redução de R\$ 25,5 milhões nos recursos previstos para o Programa de Descentralização Administrativa e Financeira (PDAF). A decisão ocorreu em um cenário de desempenho abaixo das metas no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) de 2025 na rede pública do DF.

Após a pressão de sindicatos, parlamentares e comunidades escolares, Celina reduziu parcialmente: aumentou a previsão de recursos para R\$ 53,65 milhões e restabeleceu o valor-base de R\$ 84 por estudante.

Na cultura, o Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF) determinou a recomposição de R\$ 60,7 milhões ao Fundo de Apoio à Cultura (FAC). Em agosto, R\$ 79,5 milhões dos R\$ 91,9 milhões previstos permaneciam indisponíveis.

CAOS NA SAÚDE

A população enfrenta uma rede superlotada e pressionada pela falta de trabalhadores. Em agosto, o MPDFT cobrou providências para enfrentar a crise na urgência e emergência. A estimativa apresentada ao órgão apontava déficit de 4.166 profissionais em 17 especialidades.

A política de saúde mental também esteve no centro das críticas. Celina sancionou uma lei que prevê a possibilidade de internação involuntária de pessoas em situação de rua. Pesquisadores criticaram o descaso com a rede pública de atendimento. O DF conta com 18 Centros de Atenção Psicossocial (Caps), mas precisaria habilitar outros 18 para alcançar a média nacional de cobertura, segundo dados do Conselho de Saúde do DF.

“A população se encontra numa situação de penúria, procurando atendimento na rede assistencial, e, devido ao processo de terceirização e fragmentação da saúde, hoje a gente tem uma rede que não consegue ofertar um serviço de qualidade.

JORGE HENRIQUE, PRESIDENTE DO SINDICATO DOS ENFERMEIROS DO DF

MORADIA

Na habitação, a distância entre a demanda social e as respostas do governo aparece nas condições enfrentadas por famílias despejadas e na fila por moradia. Em abril, 14 famílias retiradas da Fazendinha, no Sol Nascente, receberam apartamentos após meses de espera e dez dias de ocupação. Antes, elas estavam alojadas em condições insalubres no Setor de Inflamáveis, no Guará.

A Codhab informou ter cerca de 308 mil pessoas inscritas em seus programas, das quais 132 mil cumpriam os requisitos para seleção.

MOBILIDADE

O transporte enfrenta sucateamento e falta de trabalhadores. O descarrilamento de um trem de manutenção do Metrô-DF reacendeu críticas sobre as condições de estrutura e investimento. Em setembro, rodoviários aprovaram uma greve em meio às negociações salariais. Diante dos conflitos, Celina anunciou uma auditoria dos contratos do transporte e se posicionou contra discutir reajustes tarifários naquele momento.

FALA POVO

Fotos: Arquivo pessoal/cerdão.



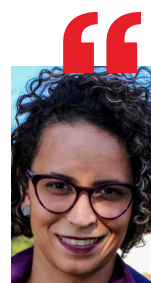
EDUARDO BORGES, MTST

“A política habitacional do DF nunca foi para atender os mais pobres e, com Ibaneis e Celina, não foi diferente. Para pobre, trator; para o rico: “vem cá meu doutor”. Ou seja, os mais pobres não são prioridade.



LÚCIA MENDES, ASSOCIAÇÃO PRESERVA SERRINHA

“Um governo que tem como principal vetor de desenvolvimento a especulação imobiliária dificilmente coloca o meio ambiente como prioridade ou compreende a gravidade da crise climática e os impactos sobre a cidade e a população.



TALITA VICTOR, CIENTISTA SOCIAL

“É uma contradição cínica o GDF afirmar que investiu na rede de proteção enquanto esse mesmo governo não combate a violência, a cultura do estupro e se alimenta da misoginia como plataforma eleitoral.



PAIQUE SANTAREM, MOVIMENTO PASSE LIVRE

“A política de mobilidade combinou a precarização completa dos serviços, em especial do metrô, e o aumento da especulação imobiliária, que retirou os mais pobres da infraestrutura urbana. Ou seja, uma política racista, classista e machista.

PF aponta interferência de Ibaneis Rocha na tentativa de compra do Banco Master

Foto: Renato Alves / Agência Brasília

▶ A Polícia Federal (PF) aponta que Ibaneis Rocha (MDB) teve participação direta nas articulações para a tentativa de compra do Banco Master pelo Banco de Brasília (BRB).

Em relatório encaminhado ao Supremo Tribunal Federal (STF) em 28 de setembro, os investigadores afirmam que decisões estratégicas da instituição financeira pública

eram submetidas previamente ao então governador.

O documento atribui a Ibaneis participação na autorização de valores para

aumento de capital do BRB, na definição da estratégia de expansão do banco, na validação de decisões operacionais consideradas críticas e na articulação com agentes privados envolvidos no negócio. Entre os elementos analisados pela PF estão mensagens trocadas entre Daniel Vercaro, proprietário do Master, e Paulo Henrique Costa, então presidente do BRB, em novembro de 2024.

A investigação também examina os movimentos de capitalização do BRB no período. Em 2024, o banco aprovou um aumento de capital de R\$ 750 milhões. Em 2025, realizou outra de R\$ 294 milhões. A defesa de Ibaneis contestou a interpretação da PF e afirmou que o ex-governador não interferiu nas operações realizadas entre os bancos.

OI, SUMIDO

Ibaneis reaparece após silêncio nas eleições

Após semanas longe das redes sociais e sem aparições públicas durante o primeiro turno das eleições, o ex-governador reapareceu no dia 7 de outubro, dois dias antes das novas revelações da PF. O motivo do retorno não foi a disputa eleitoral nem as novas revelações sobre o Master, mas um almoço com amigos regado a comida nordestina.

A última publicação de Ibaneis havia sido em 3 de setembro, quando anunciou o retorno ao escritório de advocacia. O silêncio nas redes veio após um período em que Ibaneis desistiu da pré-candidatura ao Senado.

BOLSOMASTER

Quatro fatos sobre a relação de Flávio Bolsonaro com Daniel Vercaro, dono do Banco Master

Pedido de R\$ 134 milhões: Flávio negociou com Daniel Vercaro um aporte de US\$ 24 milhões, cerca de R\$ 134 milhões à época, para financiar *Dark Horse*, produção sobre a trajetória de Jair Bolsonaro.

Mais de R\$ 65 milhões em repasses: relatório do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) apontou transferências de mais de R\$ 65 milhões de Vercaro para o fundo ligado ao financiamento de *Dark Horse*. Parte ocorreu após cobranças de Flávio.

Visita após prisão: Flávio admitiu que visitou Vercaro em sua casa no fim de 2025, após a primeira prisão do banqueiro, quando ele usava tornozeleira eletrônica. Segundo o senador, o encontro foi para "botar um ponto final" nas tratativas sobre *Dark Horse*.

Mensagens obtidas nas investigações mostram proximidade entre Flávio e Vercaro. Em uma delas, o senador escreveu ao banqueiro: **"Irmão, estou e estarei contigo sempre"**.

Foto: Daniel Romalho/ATP

DANIEL VORCARO E CELINA LEÃO

O ex-banqueiro Daniel Vercaro afirmou, em mensagens trocadas em abril de 2025, que Celina Leão (PP) teria participado da negociação para a compra do Banco Master pelo BRB. A informação foi divulgada pela Folha de S.Paulo.

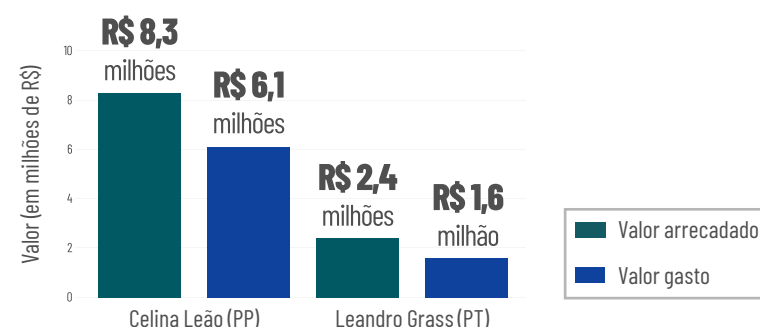
As mensagens teriam sido trocadas oito dias após o conselho de administração do BRB aprovar a compra de 58% das ações do Master. Na conversa, o publicitário Thiago Miranda escreveu à Vercaro: **"A Celina eu conheço MUITO BEM. Ela agora tá querendo aparecer porque ficou de fora da operação"**. Vercaro respondeu: **"Não ficou de fora não. Isso aí é jogo pra se preservar na política"**.

O GDF afirmou que as declarações comprovam que a governadora **"sempre foi contra a compra do Master pelo BRB"**.



1º TURNO: CAMPANHA DE MILHÕES

Segundo dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), até o dia 3 de outubro, Celina Leão (PP) declarou R\$ 6,1 milhões em despesas de campanha, enquanto o candidato Leandro Grass (PT) registrou R\$ 1,6 milhão. A diferença chega a R\$ 4,48 milhões. Considerando os gastos declarados, a campanha do PP desembolsou R\$ 7,40 por voto, a do petista, R\$ 2,86.



OS RASTROS DO ROMBO



PF aponta prejuízo de R\$ 17 bi em operações entre BRB e Banco Master

Foto: Rovena Rosa/Agência Brasil

► A investigação sobre as operações entre o Banco de Brasília (BRB) e o Banco Master aponta para um prejuízo de aproximadamente R\$ 17 bilhões, considerando operações realizadas desde 2024. A informação consta no relatório produzido pela Polícia Federal no âmbito do Inquérito 5.026 e encaminhado ao Supremo Tribunal Federal (STF). O BRB é citado mais de 50 vezes no conjunto de documentos, que reúne mais de 2,5 mil páginas.

Segundo a decisão, as investigações partiram da identificação de um fluxo atípico de R\$ 12,2 bilhões do BRB para

o Master nos primeiros meses de 2025, acima do limite de exposição do banco público.

A investigação também aponta que o Master colocou no mercado títulos e carteiras de crédito considerados insubsistentes ou “podres”, vinculados a empresas de fachada ou fantasma. As operações financeiras ocorreram paralelamente à tentativa de aquisição do Banco Master pelo BRB. O negócio foi anunciado em 28 de março de 2025, mas a PF encontrou conversas entre Daniel Vorcaro e Paulo Sérgio, servidor do Banco Central, sobre a operação quase três meses antes.

QUEM VAI PAGAR A CONTA?

Diante das diferentes estimativas sobre o impacto das operações com o Master, o Sindicato dos Bancários defende que o BRB apresente de forma clara sua situação patrimonial e financeira antes de novas decisões sobre o futuro da instituição.



Essa transparência passa por uma decisão política do governo do DF. A gente precisa saber realmente a situação do banco para saber como atuar e como salvar.

RODRIGO BRITTO, PRESIDENTE DO SINDICATO DOS BANCÁRIOS

Para ele, é preciso esclarecer o papel de quem tinha poder de decisão sobre o banco durante o período investigado. “Quem mandou de verdade? Quem orquestrou? Então, qual é a investigação que está sendo feita, de fato, em relação ao governo Ibaneis e Celina, que eram os responsáveis pela gestão do BRB?”, questiona.

Manifestação por Lula presidente na Esplanada



Foto: Camila Araújo

Mais de 50 mil pessoas ocuparam a Esplanada dos Ministérios no dia 13 de outubro pela reeleição do presidente **Luiz Inácio Lula da Silva (PT)** e de Leandro Grass (PT) ao governo do Distrito Federal. O ato foi marcado pela defesa da democracia, dos direitos trabalhistas, das universidades públicas, das mulheres e da população LGBT. Representantes de partidos e movimentos populares convocaram para a intensificação da mobilização nas ruas e a busca por votos até o 2º turno. Estudantes de universidades públicas e instituições de ensino de diferentes regiões do Brasil têm organizado manifestações em defesa de Lula e contra a volta do bolsonarismo à Presidência da República.

Fundo Constitucional do DF cresceu 76% desde 2023

► Criado em 2002, o Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF) recebe recursos da União para financiar a segurança pública e prestar assistência financeira às áreas de saúde e educação do DF.

Entre 2022, último ano do governo Jair Bolsonaro (PL), e 2026, o Fundo cresceu cerca de 76%, durante o terceiro mandato de Lula (PT). Os va-

lores passaram de R\$ 16,3 bilhões, em 2022, para R\$ 28 bi em 2026.

Apesar do aumento dos recursos, a governadora Celina Leão (PP) acusa o governo federal de reduzir os repasses à capital. A controvérsia envolve uma mudança na regra de correção do Fundo, aprovada pelo Congresso Nacional e sancionada por Lula em agosto de 2026.

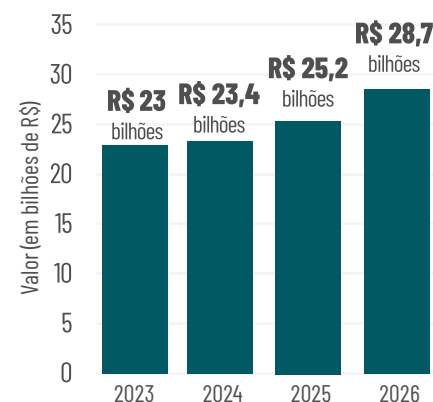
A nova legislação não determina uma redução nominal imediata do Fundo.

O que está em jogo é o ritmo de crescimento dos recursos destinados ao DF. Para 2027, o Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) prevê cerca de R\$ 30 bilhões para o FCDF. O valor representa um novo aumento nominal em relação ao ano anterior.



“A lógica seria que esse incremento a mais no recurso se revertesse em melhores condições de trabalho para os trabalhadores da educação, da saúde, melhores condições das escolas, hospitais, mas não foi isso que aconteceu”.

CLEBER SOARES, SINPRO-DF



Professores denunciam ordem para retirar cartazes sobre o caso BRB/Master das escolas do DF



► O Sindicato dos Professores no Distrito Federal (Sinpro-DF) denunciou uma ordem do governo Celina Leão para a retirada de cartazes sobre o caso BRB-Master das escolas públicas. A medida é objeto de um memorando da Secretaria de Educação do DF (SEEDF), que orienta as equipes gestoras a localizar o material e impedir novas afixações.

Segundo Márcia Gilda, os cartazes estavam fixados nos murais do sindicato desde o primeiro semestre. Para o sin-

dicato, a orientação é eleitoreira, pois atinge a liberdade de expressão e a autonomia das comunidades escolares sobre um tema de interesse público.

O material apresenta imagens dos deputados distritais que aprovaram a compra do Banco Master pelo BRB, em agosto de 2025, durante o governo Ibaneis Rocha (MDB) e Celina Leão. Dos 14 parlamentares favoráveis à compra, 11 foram reeleitos para a Câmara Legislativa em 2027.

“O rombo causado por esse escândalo pode ter reflexos diretos nas escolas, tanto na infraestrutura e nos materiais quanto na valorização dos professores e das professoras e dos orientadores e orientadoras educacionais. Afinal, ficará um empréstimo para o povo pagar, e sabemos que isso impacta diretamente os serviços essenciais.

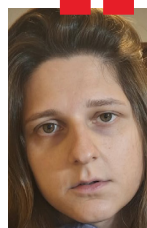
A reportagem solicitou posicionamento sobre a retirada à SEEDF, mas não teve retorno.

FALA POVO



GABRIEL SALES
FRENTE DE EVANGÉLICOS
PELO ESTADO DE DIREITO

Quando pensamos no Brasil, pensamos em pessoas que precisam ter acesso à educação, à moradia, à saúde. Isso é vida plena e abundante, alinhada à vontade de Jesus Cristo. É isso que diferencia esse projeto político da extrema direita, que não coloca a vida e a dignidade de todas as pessoas no centro de suas prioridades.



LUCCIA LAPORTA,
PRESIDENTE DA TRAFEM

Se durante esse governo a articulação incansável do movimento social conquistou avanços, não podemos esquecer que foi o Governo Ibaneis/Celina que deu carta branca às práticas de “conversão” de orientação sexual e identidade de gênero, apesar de PL em contrário aprovado pela CLDF.

Conheça propostas de Celina Leão e Leandro Grass para o governo



Foto: Reprodução Rede Globo/ Divulgação campanha.

► Os planos de governo de Celina Leão (PP), candidata à reeleição, e Leandro Grass (PT) apresentam propostas para diferentes áreas das políticas públicas do Distrito Federal. Entre os temas abordados estão a preservação ambiental, a ampliação do atendimento em saúde e as medidas de enfrentamento à violência contra as mulheres.

MEIO AMBIENTE

Leandro Grass propõe recuperar as bacias do Descoberto, Paranoá e São Bartolomeu, ampliar a arborização nas periferias e instalar energia solar em escolas, hospitais e Unidades de Pronto Atendimento (UPAs).

Celina Leão prevê ampliar a reciclagem por meio do programa DF Circular e Sustentável, combater o descarte irregular de lixo e entulho e revitalizar parques públicos.

SAÚDE PÚBLICA

Grass estabelece a meta de realizar consultas com especialistas e exames em até 30 dias até o fim do mandato. Também pretende ampliar de 600 para 1.100 o número de equipes de Saúde da Famí-

lia e devolver à Secretaria de Saúde a gestão dos hospitais e das UPAs administrados pelo Instituto de Gestão Estratégica de Saúde (Iges-DF).

Celina propõe utilizar telemedicina e inteligência artificial para agilizar consultas e exames, criar unidades regionalizadas pelo programa IntegraSaúde e assegurar a inauguração de cinco hospitais, localizados no Guará, São Sebastião, Ceilândia, Recanto das Emas e uma unidade oncológica.

POLÍTICAS PARA MULHERES

Grass propõe o Pacto Contra o Feminicídio, com classificação de risco em todas as ocorrências e monitoramento eletrônico de agressores. O candidato também prevê iluminação pública em trajetos frequentados por mulheres e ampliação do acesso a creches.

Celina propõe ampliar o programa Viva Flor para incluir filhos e dependentes das vítimas de violência, fortalecer ações de prevenção ao feminicídio e ampliar o acesso de mães solo a creches, qualificação profissional, microcrédito e programas habitacionais.

Mulher empreendedora poderá ter acesso a Pix MEI

Pacote anunciado por Lula também envolve alívio do endividamento e incentivo de R\$ 5 mil a partir de 2027



Crédito: Ricardo Suckert/PP



Perdão das dívidas

Uma das principais medidas é a proposta de perdão de débitos do Documento de Arrecadação do Simples Nacional (DAS-MEI), que somam aproximadamente R\$ 12,6 bilhões e atingem cerca de 3,6 milhões de microempreendedores. Como depende de aprovação do Congresso Nacional, a medida ainda precisa cumprir a tramitação legislativa para entrar em vigor.

O anúncio foi feito pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva e detalhado pelo ministro do MEMP, Paulo Pereira, na terça-feira (13). Além de iniciativas relacionadas ao acesso ao crédito, o pacote inclui a ampliação do limite de faturamento anual para enquadramento como MEI de R\$ 81 mil para R\$ 140 mil até 2028.

Acesso a crédito tem como foco aumentar a capacidade produtiva dos pequenos negócios

▶ As medidas anunciadas pelo governo Lula (PT) para microempreendedores individuais (MEIs) vão beneficiar principalmente as mulheres que tocam negócios locais. A partir do próximo ano, o pacote prevê o perdão de dívidas por meio de um projeto de lei complementar e apoio financeiro de até R\$ 5 mil para investimentos nos

pequenos negócios, chamado “Pix MEI”.

O foco da iniciativa será favorecer quem encontra barreiras no acesso ao crédito tradicional, com a meta de alcançar um milhão de microempreendedores individuais com **injeção na economia de R\$ 5 bilhões ao longo de quatro anos**.

O Ministério do Empreendedorismo e da Microempresa (MEMP) reforçou a lógica do novo programa. O repasse vai auxiliar os empreendedores e empreendedoras a aumentarem a capacidade produtiva dos seus negócios.

“O objetivo é permitir investimentos que ampliem a capacidade produtiva, como

a compra de equipamentos para um salão de beleza, a melhoria de uma barraca de alimentos ou a aquisição de uma moto elétrica para entregas”, afirmou em nota. O recurso foi apresentado como apoio financeiro não reembolsável. Diferente de um empréstimo convencional, o valor não precisará ser devolvido.



Plano de Milei resultou em fechamento de empresas

Inspiração para o “tesouramento” defendido por Flávio Bolsonaro (PL), o governo Javier Milei, na Argentina, levou ao fechamento de 32 mil empresas em menos de 3 anos. O país tem mais de 30% da população na pobreza e uma crescente taxa de informalidade no mercado de trabalho. Apesar disso, a coordenadora da equipe econômica da campanha de Flávio, Daniella Marques, considera Milei um “ótimo exemplo”.

Crédito: Vitor Sales/PL

VITÓRIA HISTÓRICA

Trabalhadores conquistam 2 dias de folga

Foto: Tomaz Silva/Agência Brasil

► Uma conquista histórica para a classe trabalhadora do Brasil. Assim foi a votação no Senado Federal que acabou com a escala 6x1. Bandeira histórica dos movimentos sindicais e populares e do presidente Lula (PT), o projeto foi aprovado cinco meses depois de ser promulgado na Câmara dos Deputados.

Passa a valer o limite de 40 horas semanais de trabalho em cinco dias semanais e dois de descanso, com a manutenção dos salários. Para a adaptação das empresas, a medida terá uma transição, diminuindo para 42 horas dentro de dois meses e para 40 horas dentro de um ano.

Em primeira e segunda votação, no dia 14 de outubro, a PEC do fim da escala 6x1 foi aprovada com 75 votos a favor e um contra. O único parlamentar contrário foi o senador Hamilton Mourão (Republicanos-RS), vice-presidente durante o governo de Jair Bolsonaro (PL).

HISTÓRICO

A proposição de 2019 ganhou força com a mobilização dos movimentos populares e a ampliação da discussão no Congresso. Em 2023, o vereador Rick Azevedo (Psol-RJ) e outras lideranças fundaram o movimento Vida Além do Trabalho (VAT). Em 2025, foram recolhidas mais de 2 milhões de assinaturas em apoio ao fim da escala.

A deputada federal Erika Hilton (Psol-SP) foi uma das principais parlamentares a encabeçar o movimento para aprovação, apresentando uma nova proposta. Nas ruas, atos pelo direito ao descanso se intensificaram a partir de 2025. **A articulação do governo Lula garantiu aprovação da PEC na Câmara e no Senado.**

CRONOGRAMA DE TRANSIÇÃO

A transição da jornada de 44h para o modelo de 40h semanais, com dois de descanso (escala 5x2) ocorrerá em duas etapas principais:

60 dias após a publicação: começa a valer o **direito aos dois dias de descanso remunerado por semana**, com preferência pelo domingo. O limite da jornada semanal recua de 44h para 42h. **14 meses após a publicação:** a carga máxima de trabalho semanal cai definitivamente para 40h, com limite de oito horas diárias.

LULA X FLÁVIO BOLSONARO

Foto: Ricardo Stuckert



Foto: Andressa Anholate/Agência Senado



Lula repudiou as tarifas impostas por Trump e buscou derrubar a taxaço pela via diplomática. O governo classificou as justificativas dos EUA como infundadas e defendeu a soberania brasileira diante das pressões sobre decisões internas do país.

RELAÇÃO BRASIL X EUA/TRUMP

Flávio Bolsonaro pediu a Trump que adiasse as tarifas contra o Brasil para depois das eleições, alegando que poderiam beneficiar Lula. Pediu sanções contra autoridades brasileiras e articulou medidas junto ao governo Trump.

Lula defende o Pix como questão de soberania nacional e afirma que o Brasil não aceitará pressões estadunidenses. Público e gratuito, o sistema é alvo do governo Trump por supostamente prejudicar operadoras de cartão dos EUA.

PIX

Flávio Bolsonaro diz que não negociará o Pix, mas Eduardo Bolsonaro, que atua politicamente nos EUA em nome da família, defendeu colocá-lo na mesa de negociações com o governo Trump, alegando prejuízos a empresas norte americanas.

Lula promete manter a política de controle de armas e munições e reduzir o arsenal privado ampliado durante o governo Bolsonaro.

ARMAS

Flávio Bolsonaro defende a ampliação do acesso a armas. A campanha fala em rever medidas de controle adotadas por Lula e criar regras mais amplas para posse e porte.

Lula defende que a ação humana é responsável pelo agravamento da crise climática e cobra medidas para enfrentá-la. O governo registra queda nos alertas de desmatamento, sobretudo na Amazônia, e mantém o combate ao desmate como prioridade.

MEIO AMBIENTE

Na sabatina da TV Globo, **Flávio Bolsonaro** atribuiu extremos de calor, chuvas e seca a efeitos "cíclicos" da natureza e relativizou a influência humana nas mudanças climáticas.

Lula rejeita a privatização de empresas consideradas estratégicas, como Petrobras e Correios. Em agosto, voltou a descartar a venda dos Correios e defendeu a recuperação da estatal, destacando sua presença em todos os municípios brasileiros.

PATRIMÔNIO PÚBLICO

Flávio Bolsonaro defende a privatização dos Correios e a ampliação da venda de estatais. No DF, a privatização da CEB é acompanhada de reclamações sobre a qualidade do serviço e o aumento das contas de energia.